

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Causou-me grande preocupação e, acredito que a todos os canoenses, que se importam com a formação de nossos jovens, a chamada de capa do Jornal O Timoneiro, da última sexta feira: “Instituto Federal corre risco de cancelar o ano letivo”. Esta é mais uma notícia, que não gostaríamos de receber, nem de divulgar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou dia 16 de julho de 2008 o Projeto de Lei 3775/2008 que criava 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. A matéria foi aprovada pelo Congresso Nacional e em 29 de dezembro de 2008, foi sancionada pelo Presidente. Os Institutos deveriam ter forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Metade das vagas seria destinada à oferta de cursos técnicos de nível médio, em especial cursos de currículo integrado.

Canoas foi contemplada com um destes Institutos, que desde 2010, oferece vagas para estudantes ingressarem, através de processo seletivo, para cursos técnicos de nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e graduação. Canoas comemorou sua inauguração, porque viu nele mais uma chance de preparação para nossos jovens.

Agora, 9 anos depois, o IFRS poderá ser forçado a ter de cancelar o ano letivo, a partir do final de setembro. Motivo: os cortes de verba anunciados em abril, pelo Ministério da Educação (MEC).

Em entrevista ao Jornal O Timoneiro, o diretor do Instituto, Mariano Nicolao, afirma que, se não houver retorno do valor que foi subtraído, não haverá mais possibilidade de arcar com as despesas essenciais, como água, luz, segurança e telefone, entre outros. Assim sendo, não haverá condições de continuar com as aulas. Aqui nem se está falando das bolsas de Pesquisa e Extensão, que os estudantes necessitam.

O IFRS é uma instituição federal de ensino público e gratuito, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica e que se encontra ameaçada por mais uma medida do governo federal, que age desta forma, também com as Universidades Federais.

Contrariando todas as expectativas, Bolsonaro anunciou nesta semana, um decreto que deverá dobrar a oferta de escolas cívico-militares, sem que houvesse discussão sobre o tema, com a sociedade e especialmente com os educadores. Se existe corte de verba para as instituições federais de ensino, é no mínimo uma medida incoerente, a criação dessas escolas.

Neste 7 de setembro, gostaria de estar falando de avanços, especialmente na importante área da Educação. Infelizmente tenho que falar de retrocessos.

Marina Lima Leal

Canoas, 7 de setembro de 2019